

Aprovada na 801ª sessão

ALADI/CR/Ata 797
10 de abril de 2002
Hora: 10h10m às 12h50m

ATA DA 797ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 795a. e 796a. sessões.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação.
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.
6. Relatório da XLII Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XLII/Relatório).
7. Relatório do Seminário-Oficina de Peritos sobre Trânsito Aduaneiro Internacional (ALADI/SEC/di 1629).
8. Relatório sobre a "Evolução do processo de integração regional durante 2001" (ALADI/SEC/di 1630).

9. Assuntos diversos.

- Manutenção e aperfeiçoamento da NALADI/SH.
- Comentários da Representação da Colômbia sobre tema empresarial.
- Exposição no Comitê de Representantes da Organização Pan-Americana da Saúde pela comemoração de seus 100 anos.
- Subscrição do Acordo de Cooperação com o CLAEH.

Preside:

RODRIGO ARCAYA SMITH

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Margarita Polverini e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli e Michel Arslanian Neto (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada, María Antonieta Jara e Axel Cabrera (Chile); Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Jesús Puente Leyva, Luz María de la Mora Sánchez e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride e Ricardo B. Romero Magni (Peru), José Roberto Muineló, Ana Teresa Ayala e Mariella Crosta (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Igor Romanchenko (Rússia), Arnaldo Chibbaro (IICA) e José Fiusa Lima (OMS/OPS).

Secretario-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Bom dia. Está aberta a 797a. sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

A Ordem do Dia que os senhores têm nas suas pastas consta de nove pontos, e em Assuntos diversos pelo menos temos que informar sobre um tema. Se estão de acordo com a Ordem do Dia, considera-se aprovada.

2. Assuntos em pauta.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Os Assuntos em pauta constam no documento incorporado às pastas dos Senhores, que é distribuído a todas as Representações e faz parte da presente ata.

“1. Representação Permanente da Argentina. Nota No. 44/02, de 26/03/2002.

Com referência ao documento ALADI/SEC/dt 442, envia, em anexo, cópia da parte pertinente da Ata N° 1/2002 do Comitê Técnico, N° 1 do MERCOSUL "Assuntos Aduaneiros", na qual se estabelece a opinião desse Organismo sobre a manutenção da NALADI/SH.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 068, de 04/04/2002.

Com referência ao documento ALADI/SEC/dt 442, comunica que os órgãos brasileiros competentes reiteraram sua posição favorável a manter e aperfeiçoar a NALADI/SH e envia comentários.

3. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 54, de 15/03/2002.

Envia cópia do decreto pelo qual se confere vigência ao Vigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 35, assinado pelos Estados Parte do MERCOSUL com o Chile.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1387.

4. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 55, de 15/03/2002.

Envia cópia do decreto pelo qual se confere vigência ao Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 39, assinado pelo Brasil e pela Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países-membros da Comunidade Andina.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1388.

5. Delegação do Brasil. Nota No. 56 de 15/03/2002.

Comunica a vigência dos Nono, Décimo, Décimo Segundo, Décimo Terceiro, Décimo Quinto e Décimo Sétimo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica n° 36 (MERCOSUL-Bolívia), assinado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1389.

6. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 59, de 21/03/2002.

Envia cópia do decreto pelo qual se confere vigência ao Quinquagésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n° 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1392.

7. Delegação Permanente do Brasil. Nota No. 64, de 02/04/2002.

Envia cópia do decreto pelo que se confere vigência ao Vigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, conforme Ata de Retificação de 8 de agosto de 2001, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Foi publicado como documento ALADI/SEC/di 1626.

8. Representação Permanente do Chile. Nota No. 017/02, de 18/03/2002.

Comunica vigência do Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 16, assinado entre o Chile e a Argentina.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1390.

9. Representação Permanente do Peru. Nota No. 7-5-Z/27, de 04/04/2002

Comunica o beneplácito do Governo do Peru de receber a visita do Secretário-Geral, bem como o firme interesse na realização do Seminário "Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio de cada um dos países da ALADI com os EUA e o Canadá" durante os dias 20 e 21 de maio e solicita confirmação de que os custos do mesmo serão cobertos pela Secretaria-Geral.

10. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação.

Colômbia. Cheque pela quantia de US\$ 67.736,00 correspondentes ao pagamento de parte da contribuição do ano 2002, de 22.III.2002.

Equador. Ordem de pagamento 77.952, de 2.IV.2002, pela quantia de US\$ 148.042.16.

México. Cheque pela quantia de US\$ 537.634.00, correspondentes ao pagamento de parte da contribuição do ano 2002, de 3.IV.2002.

11. Relatório do Seminário-Oficina de Peritos sobre Trânsito Aduaneiro Internacional (ALADI/SEC/di 1629).

12. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Secretaria-Geral do Instituto Latino-Americano do Ferro e do Aço (ILAFSA) (ALADI/SEC/di 1625).

13. Acordo Específico de Cooperação para a criação da "Cátedra Latino-Americana para a Integração" entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Universidade da República - Faculdade de Direito (ALADI/SEC/di 1628).

14. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Centro de Importadores do Paraguai - C.I.P. (ALADI/SEC/di 1627).

15. Convites recebidos:

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Convida o Senhor Secretário-Geral para participar do Vigésimo Nono Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que se realizará na cidade de Brasília, Brasil, de 6 a 10.V.2002.”

Em primeiro lugar devemos destacar que recebemos uma nota da Representação Permanente da Argentina, na sua qualidade de Presidência pro-tempore do MERCOSUL, e outra da Delegação Permanente do Brasil. Ambas se referem ao tema da nomenclatura aduaneira da Associação. Mediante as respectivas notas, os dois países manifestam o interesse de manter a NALADI/SH como nomenclatura comum da Associação.

Senhor Presidente, vamos solicitar, se nos permite, voltar brevemente a esta matéria porque devemos ter diretrizes do Comitê de Representantes para atuar neste tema.

Por outro lado, Senhor Presidente, desejo registrar com grande satisfação, em primeiro lugar, um cheque do Governo da Colômbia pela quantia de US\$ 67.736, correspondentes a parte de sua contribuição para o orçamento da Associação deste ano.

Igualmente, uma ordem de pagamento recebida do Governo do Equador, pela quantia de US\$ 148.042,16, correspondentes ao pagamento de sua cota do presente ano e o cancelamento de custos financeiros dos anos anteriores.

Senhor Presidente, também recebemos da Representação Permanente do México a quantia de US\$ 537.634, equivalentes a 50% do total das contribuições desse país à Associação.

A Secretaria deseja agradecer aos Governos dos três países, por intermédio de suas Representações Permanentes, o pagamento realizado, que se ajusta aos compromissos estabelecidos no orçamento da Associação.

Por outro lado, Senhor Presidente, desejo informar que recebemos uma nota da Representação do Peru, mediante a qual comunica a aceitação da realização de um seminário sobre a conformação da ALCA. Estamos fazendo os contatos necessários com o Governo peruano, através de sua Representação Permanente, para atender este pedido que coincide com o pedido feito oportunamente pelo Governo colombiano e estamos pensando em plasmar a realização de ambos os seminários, tanto na cidade de Lima, como na de Bogotá, a fim de atender ambos os compromissos.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Juan Francisco Rojas.

3. Consideração das atas correspondentes às 795ª e 796ª sessões.

Submetem-se a consideração as atas das 795ª. e 796ª sessões do Comitê de Representantes. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, para que conste que fizemos algumas modificações de forma na ata 796.

PRESIDENTE. Obrigado, Não havendo mais observações, aprovam-se as atas das 795ª. e 796ª. sessões.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação.

A continuação, temos o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação. Tem a palavra o Representante da Argentina, Carlos Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

O Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação realizou a primeira reunião anual em 4 de abril, considerando três temas: o documento ALADI/SEC/di 1617, referente ao Orçamento por Programas da Associação 2001, primeiro trimestre, janeiro-março, do Programa de Atividades 2002, e a encomenda do Comitê de Representantes relativa ao ponto 4 da Resolução 55 (II), analisando as atividades constantes dessa resolução em comparação com o Programa de Atividades aprovado para o presente ano.

Cabe destacar que no primeiro ponto da avaliação do orçamento por programa 2001 houve consenso entre as Representações no sentido de que foi aumentado o nível de cumprimento a níveis muito altos. Com relação ao cumprimento por parte da Secretaria-Geral do Programa de Atividades, aprovado para o ano passado, somente ficaram sem realizar poucas atividades, motivadas por decisões dos próprios países que decidiram modificar algumas das atividades para transformá-las em outras, e as atividades que por outras circunstâncias não puderam efetuar-se foram incorporadas ao Programa do ano 2002. Todas as Representações se manifestaram conformes com relação ao nível de cumprimento entre o que foi proposto e o que se realizou.

Com relação ao segundo ponto, no período janeiro-março não houve maiores comentários. A Secretaria avançou com relação ao Programa de Atividades do primeiro trimestre.

Quanto ao tema seguinte, que era o ponto central da reunião, ou seja, fazer uma comparação entre os mandatos surgidos da Resolução 55 (XII) e o Programa de Atividades, após ler novamente todo o documento do Programa de Atividades, o único tema que não estava suficientemente ressaltado era a criação ou o estabelecimento de Centro Regional de Informação Estatística, Econômica e Comercial. Como esse tema, pelas suas características, corresponde a um grupo de trabalho específico, acordou-se discuti-lo nesse âmbito e foram feitas as sugestões pertinentes para incorporá-lo ao Programa de Atividades do ano 2002.

Outro dos temas é o Capítulo VI, de atividades empresariais, que tem dois títulos genéricos, sem mais detalhe pelas circunstâncias por todos conhecidas, devido à recomendação do Comitê de Representantes, acordando-se trabalhar sobre um papel de propostas, um *non paper* elaborado entre a Secretaria-Geral e a Coordenação para ser debatido nas próximas reuniões.

Evidentemente esta situação está sujeita à designação, ou não de um coordenador do Grupo de Trabalho Empresarial. Caso haja alguma designação tudo isto passaria para a competência do grupo; enquanto isso, o grupo acordou avançar nesse tema na elaboração de uma primeira minuta de idéias sobre o que se poderia fazer no setor empresarial para o presente ano.

Isso é tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.

O seguinte ponto é o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico. Tem a palavra o Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Desejaria informar que este grupo de trabalho se reuniu em 4 de abril para tratar em conjunto a situação existente nesta matéria após a reunião do Conselho de Ministros, no qual, como todos recordamos, o comércio eletrônico ficou como uma das prioridades da Associação e todos os temas relacionados com o comércio eletrônico e, em geral, as tecnologias da informação.

O grupo apreciou a compatibilidade existente entre o Programa de Atividades aprovado por este Comitê e o mandato do Conselho de Ministros e sua prioridade. Desejaria dizer que, segundo informações da Secretaria, já está sendo elaborado o portal sobre comércio eletrônico, a respeito do qual as delegações manifestaram suas diferentes opiniões, todas elas positivas e, além disso, dando sugestões específicas que no futuro a Secretaria tratará de incorporar.

Foi determinado, igualmente, que, em princípio, em setembro se realizará o Segundo Seminário-Oficina sobre esta matéria, que terá como tema central a economia digital e o governo digital. Se os estudos encomendados já estiver prontos seria aceita uma sugestão da Delegação do Brasil no sentido de adiantar a realização deste seminário com a finalidade de dispor de suas conclusões o mais rápido possível no decorrer do ano.

Foi considerado necessário estudar uma possível incorporação de certa tecnologia avançada na realização deste seminário, com a finalidade de que virtualmente possam participar peritos dos diferentes países-membros, que por diferentes circunstâncias não puderam chegar até a sede da Associação.

Desejaria indicar dois temas chaves também no Programa de Atividades, como é o desenho de uma base de dados sobre comércio eletrônico e de um programa de assistência técnica intra-ALADI. Nesta matéria estão sendo consideradas pela Secretaria para apresentar-nos, em breve, algumas propostas vinculadas com a cooperação internacional, já que ambas são matérias mais complexas e requerem de um orçamento mas elevado do que a Associação dispõe. Nesse sentido, talvez, a Associação poderia permitir-se realizá-las com cooperação internacional.

Por último, Presidente, desejaria manifestar que o grupo de trabalho continuará reunindo-se de forma mensal, desde que não existam matérias mais urgentes que requeiram uma freqüência diferente. É tudo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casanueva por seu relatório.

6. Relatório da XLII Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAMF/XLII/Relatório).

Neste sexto ponto damos a palavra à Secretaria.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Obrigado, Senhor Presidente.

A Quadragésima Segunda Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários realizou-se na sede da ALADI, de 18 a 20 de março passado, com a participação dos 12 bancos centrais, membros do Convênio de Pagamentos.

Para essa oportunidade a Secretaria-Geral apresentou quatro documentos sobre os assuntos que seriam considerados. O relatório final foi publicado como ALADI/CAFMI/XLII/Relatório, em 20 de março, e distribuído aos integrantes do Convênio de Pagamentos e às Representações Permanentes.

Os temas que concitaram maior tratamento e consideração foram os referentes à apresentação efetuada pelo BLADDEX e o trabalho do Banco da República da Colômbia sobre os riscos inerentes aos sistemas de pagamentos.

A apresentação do Banco Latino-Americano de Exportações baseou-se em uma proposta elaborada em agosto de 2000, que foi apresentada a um banco central, que consistia na participação dessa instituição na cobertura de risco comercial em operações cursadas pelo Convênio de Pagamentos. Seus objetivos gerais visavam atender as necessidades da região, fornecendo estabilidade aos fluxos de financiamento do comércio internacional, levando em conta uma série de generalidades complementadas na exposição da Comissão Assessora.

A Comissão Assessora, após um intercâmbio de opiniões, encomendou à Secretaria-Geral responder ao BLADDEX agradecendo sua participação e informando que qualquer negociação deveria realizar-se de forma bilateral com cada banco central interessado e o BLADDEX. A Secretaria enviou nota a esta instituição nos termos indicados.

Com relação ao ponto 3 da agenda, referente aos riscos inerentes aos sistemas de pagamentos, o Banco da República da Colômbia apresentou um trabalho detalhando uma série de propostas vinculadas ao mesmo, analisadas de forma pormenorizada pela Comissão.

Algumas propostas serão aprofundadas pelo Banco da República da Colômbia através de análises e estudos. Estabeleceu-se que os mesmos deverão ser enviados à Secretaria-Geral para sua distribuição e posterior consideração por parte dos demais bancos centrais.

Quanto ao sistema SICAP/SICOF, a Comissão encomendou ao Centro de Operações uma série de trabalhos a fim de implementar algumas modificações nos programas, estabelecendo um cronograma de trabalho.

Por último, alguns bancos centrais destacaram que no âmbito da Comissão Assessora poderiam ser analisados outros temas como as taxas de juros aplicadas no Convênio e o estabelecimento de limites de crédito bilaterais por compromissos a

futuro. A esse respeito, os bancos centrais interessados poderão adiantar à Secretaria-Geral os estudos pertinentes para sua distribuição.

Isto é, em linhas gerais, o que decidiu a Comissão Assessora. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria-Geral.

7. Relatório do Seminário-Oficina de Peritos sobre Trânsito Aduaneiro Internacional (ALADI/SEC/di 1629).

Se não há comentários passamos ao seguinte ponto. Tem a palavra o Senhor Linero.

SECRETARIA (Néstor Linero). Obrigado, Senhor Presidente.

Em 21 e 22 de março do corrente ano realizou-se na Secretaria um seminário-oficina de peritos para tratar o tema sobre Trânsito Aduaneiro Internacional, correspondente à Atividade V.24 do Programa de Atividades da Associação, enquadrado na Resolução 267 do Comitê de Representantes.

Este seminário-oficina tinha por objetivo analisar as modificações ao projeto de acordo de alcance parcial sobre Trânsito Aduaneiro Internacional e a conveniência de baixar normas de caráter regional, definindo seu âmbito de aplicação no que se refere às diferentes modalidades de transporte.

Participaram da reunião onze países-membros, e a abertura das atividades esteve a cargo do Secretário-Geral, Embaixador Juan Francisco Rojas Penso, quem ao dar as boas-vindas aos participantes, indicou a importância do tema, ressaltando as extensas normas existentes em nível sub-regional, em particular as Decisões 477 da Comunidade Andina, o Anexo 1 (sobre aspectos aduaneiros) do Acordo sobre Trânsito Internacional Terrestre em nível do MERCOSUL, do qual participam também a Bolívia, Chile e Peru, e o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná.

A fim de iniciar os trabalhos, a Secretaria fez um relato das principais ações executadas a partir do ano 96, em particular de uma reunião de peritos governamentais, onde foi elaborado um projeto de acordo de alcance parcial. Este projeto foi analisado e receberam-se observações dos países no decorrer dos anos 97-98, que concluiu em um documento consolidado, utilizado como elemento de trabalho na reunião de peritos.

Neste documento de trabalho, denominado ALADI/SEC/dt 403, constam as diferentes observações dos países ao projeto de acordo de alcance parcial e o grupo de trabalho considerou oportuno utilizá-lo como documento de base para o trabalho. Nele são registradas todas as observações previstas no projeto de acordo de alcance parcial, exceto as solicitadas posteriormente por duas delegações, relacionadas com a ampliação do âmbito de transporte marítimo e aéreo.

Como conclusão dos trabalhos, o documento analisado gerou algumas observações em algumas definições do texto do acordo, subscritas pelos países. Isto é, houve consenso, particularmente em algumas disposições como as correspondentes à declaração de trânsito aduaneiro internacional, às mercadorias consideradas perigosas ou nocivas, à operação de trânsito aduaneiro, aos precintos

aduanheiros e sua homologação, à unidade de carga e ao ingresso e saída temporária de mercadorias para o trânsito aduaneiro internacional. Tudo consta no artigo 1º deste projeto de acordo.

No que diz respeito aos demais artigos as delegações consideraram oportuno fusionar os artigos 2º e 3º, relacionados com o âmbito de aplicação do acordo de alcance parcial. Foram estabelecidas, também, as obrigações que devem adotar tanto o transportador como o declarante na operação de trânsito aduaneiro internacional, tornando específicas suas funções. Particularmente se referiu a que o transportador era o executor da operação, enquanto que o declarante é a pessoa que a representa, sendo responsável pela informação, consagrada no documento de trânsito aduaneiro.

Quanto aos demais artigos, houve acordo sobre os procedimentos nas repartições de alfândega de saída. Foram determinadas as funções da Comissão Administradora, refletidas nos Artigos 25 e 54 do projeto. Legislou-se sobre a homologação de precintos, os procedimentos a seguir, caso surja uma mudança no roteiro, no Artigo 27, os procedimentos a seguir nas repartições aduaneiras de fronteira e os procedimentos para o transbordo de mercadorias.

Quanto ao tema das garantias, consagrado nos Artigos 40 a 49, apesar de ter sido debatido, o grupo considerou que devia ficar pendente porque não havia consenso sobre como deveriam ser tratados os elementos, se as unidades de transporte podiam constituir-se ou não em garantia no momento em que surja uma infração no processo de operação aduaneira de que se trate. Portanto, consideraram oportuno deixar para uma segunda instância a discussão das garantias.

Depois de avançar nos artigos deste projeto de acordo de alcance parcial tratou-se o tema fundamental, a segunda parte do objetivo da reunião, que era introduzir as modalidades de transporte marítimo-aéreo no projeto de acordo. Durante os debates não houve consenso, já que não está claro quando deve aplicar-se a operação de trânsito aduaneiro no caso de operações marítimas ou aéreas.

A esse respeito também se manifestou a necessidade de obter a máxima colaboração dos países-membros no sentido de fornecer informação que permita cumprir com a encomenda proposta. Adicionalmente, informou-se sobre a realização de contatos, particularmente com a Comunidade Andina das Nações, em busca de uma regulamentação existente no âmbito internacional e muito especialmente dentro do projeto GRANADUA, onde a União Européia facilitou alguma informação, porque existe algum projeto de legislação sobre esta matéria e, portanto, considera-se oportuno e recomendou-se à Secretaria fazer os contatos pertinentes para obter a informação correspondente, para sua análise e discussão em uma próxima reunião.

Outro dos pontos dentro da análise do relatório a ressaltar é a possibilidade que se apresentou para que a informação da declaração de Trânsito Aduaneiro Internacional fosse feita através de meios eletrônicos e não, única e exclusivamente, mediante documentação em papel, fato que está sendo levado à prática por algumas alfândegas dos países-membros.

Por último, algumas representações solicitaram incluir no projeto a possibilidade de aplicar mecanismos de auto-transporte, isto é, quando se apresentam mercadorias que pela sua própria natureza estão ingressando em trânsito aduaneiro a um país e realizam-se por seus próprios meios. A esse respeito, as representações dos países

andinos já apresentaram algumas definições que serviram de base para estudar a possibilidade de incluí-lo no projeto de acordo de alcance parcial.

É tudo, Senhor Presidente, mas desejo manifestar que como o tema esteve sendo tratado pelos Diretores Nacionais de Alfândegas, a Secretaria considerou oportuno que este relatório seja divulgado na próxima reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros. Como o senhor sabe, está prevista para 27 e 28 de junho. Proximamente a Secretaria-Geral fará a convocação correspondente a fim de que este Conselho Assessor estude, entre outros, este tema relacionado com o relatório e que sejam feitas as recomendações que considerem pertinentes, porque a Secretaria considera oportuno que exista uma continuidade no tratamento dos temas, já que algumas ações estão pendentes de definição, e para poder concluir os trabalhos previstos pelo Comitê.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Roberto Muineló.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Obrigado, Senhor Presidente.

Agradecemos à Secretaria a informação ampliada e queremos fazer uma pergunta. Entre as recomendações feitas por este seminário-oficina se menciona que em uma próxima reunião seja estudada a possibilidade de revisar o projeto. Este tema está sendo debatido há muito tempo no âmbito da Associação, e consideramos necessário acelerar os pronunciamentos.

Sem prejuízo da sugestão de que a Comissão de Assuntos aduaneira estude este assunto, consideramos oportuno realizar uma reunião do grupo de trabalho, especificamente para tratar o tema Trânsito Aduaneiro e seguindo uma recomendação que está aqui. Por outro lado, Senhor Presidente, entendemos que o tema foi estudado a nível nacional e que deve ser levado ao conhecimento dos Ministérios de Transporte, porque está vinculado, de alguma maneira, às garantias das unidades do transporte. Essa é uma órbita muito diferente da órbita aduaneira. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Uruguai.

Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

No mesmo sentido da Representação do Uruguai. Consideramos que este tema é muito importante para nossos países, e como no Programa de Atividades não há nenhuma outra atividade sobre este tema, pensamos que independentemente de que a reunião esteja no primeiro semestre e que agora a Secretaria determinou que a reunião do Conselho de Assuntos Aduaneiros se realizaria em junho, acreditamos que deveríamos fixar uma data no segundo semestre, para continuar debatendo estes trabalhos.

Houve um avanço muito importante nesta reunião, e seria também muito importante neste ano poder concluir o acordo de alcance parcial sobre este tema que

gera numerosos conflitos no comércio inter-regional e muitas dúvidas. Então, considero que seria muito significativo ter uma legislação já aprovada e acordada entre os países-membros da ALADI.

Em outras palavras, proporíamos que fosse incluída no Programa de Atividades outra reunião sobre Trânsito Aduaneiro Internacional. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador da Argentina. Obrigado à Secretaria pelo relatório.

8. Relatório sobre a "Evolução do Processo de Integração Regional durante 2001" (ALADI/ SEC/di 1630).

Se não há outros comentários, passaríamos ao ponto 8. Tem a palavra, pela Secretaria, o Senhor Gonzalo Rodríguez.

SECRETARIA (Gonzalo Rodríguez). Obrigado, Senhor Presidente.

O documento que vou resumir é a Evolução do Processo de Integração Regional durante o ano passado, publicado em primeiro de abril como ALADI/SEC/di 1630, em cumprimento do Programa de Atividades da Associação para este ano.

Este documento é diferente ao dos anos anteriores porque, como figura no último parágrafo da apresentação, foi estruturado e desenvolvido levando em conta os comentários das Representações Permanentes por ocasião da apresentação no Comitê de Representantes do relatório correspondente ao ano 2000 e as observações e sugestões feitas no grupo de trabalho incumbido do seguimento do Programa de Atividades da Associação. Este relatório vem sendo apresentado há seis anos, mas este ano foram levadas em conta essas considerações.

O trabalho está dividido em nove seções; as duas primeiras destacam o contexto mundial e regional e a evolução do comércio regional, como condicionantes do processo de integração e dos acontecimentos do ano. As seguintes três seções se referem aos acordos e às ações realizadas e às novidades nessa área, na Associação.

A sexta seção se refere especificamente ao sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. As seções sete e oito têm a ver com a integração e cooperação com outros países e áreas da América Latina e com a cooperação com outras áreas de integração econômica e o último ponto se refere à organização institucional.

Considero necessário destacar as dificuldades econômicas apresentadas a nível internacional e a nível da região no ano 2001. Creio que todos as conhecemos e simplesmente contemplando os quadros e gráficos que constam neste trabalho, teria particular interesse em destacar que, como em outras oportunidades, a crise internacional impactou dentro dos países em desenvolvimento com particular dureza na América Latina.

Esta situação teve repercussão, logicamente, no processo de integração, em termos das normas e do avanço dos acordos, seja da preferência regional, acordos regionais, as ações, o Convênio de Pagamentos, os acordos de alcance parcial, em certo retardamento, que em cada um destes casos se está produzindo, e também no comércio da região.

O comércio da região diminuiu tanto com o resto do mundo como o intra-regional. Isto produziu, principalmente no comércio intra-regional, uma mudança muito importante em relação à produzida no ano 2000, com relação ao ano anterior. Neste ano houve uma leve queda no comércio intra-regional. Devemos destacar isto com diferenças muito marcadas nos comportamentos dos diferentes países e principalmente nos circuitos de comércio. Como se constata no Quadro 5, da página 19, enquanto que o comércio intra-MERCOSUL teve uma diminuição de 14%, houve vários circuitos que estão incluídos nos acordos de livre comércio e outros aumentaram seu comércio intra-regional, ao contrário do que mencionava com relação ao caso do MERCOSUL. Em seu conjunto, o comércio intra-regional teve uma leve diminuição.

A Preferência Tarifária Regional continuou sendo erodida pelo progressivo aprofundamento dos acordos de livre comércio, dos acordos sub-regionais. Os acordos regionais não tiveram em sua evolução os efeitos desejados, mas houve muitas atividades no campo das ações de apoio ao processo de integração, em comércio agrícola, em tecnologia da informação e das comunicações, em transporte e infra-estrutura, no comércio eletrônico. Se consideramos que o setor empresarial é um setor de grande importância e que a informação é um insumo de primeira necessidade para eles, destaca-se a criação do portal empresarial da Associação.

Nos acordos de alcance parcial foram assinados 86 protocolos adicionais. Todos os campos tratados nos protocolos adicionais constam no quadro da página 27.

Em termos dos acordos de complementação econômica de livre comércio não houve nenhum novo acordo no ano 2001. O MERCOSUL com a Bolívia e com o Chile formalizaram vários protocolos adicionais, e também o fizeram o México e a Venezuela, mas o número de itens em cada caso não foi de muita relevância.

As relações bilaterais não amparadas em “acordos de terceira geração” continuaram suas negociações. As mais importantes, ainda não concretizadas, foram as relações entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL e entre este bloco e o México. As mesmas tiveram progressos mas não chegaram a concretizar-se como acordos de livre comércio. Devemos recordar que no caso da Comunidade Andina e do MERCOSUL existia um prazo primário até 31 de dezembro do ano passado, mas isso não pôde concretizar-se.

No caso do MERCOSUL, os acordos sub-regionais tiveram dificuldades bastante conhecidas por todos no ano passado, principalmente pela crise econômica de alguns países, especificamente da Argentina, mas houve avanços para o interior, principalmente das normas, dentre as quais devemos destacar o acordo sobre política automotriz do MERCOSUL, que tornaria possível a implementação do livre comércio a partir de 1º de fevereiro de 2006, já que para essa época espera-se que o problema do açúcar esteja solucionado.

Na CAN reafirmou-se o compromisso de consolidar e pôr em vigência o mercado comum andino até 31 de dezembro de 2005, obtendo-se avanços em uma série de pontos detalhados no trabalho, especialmente no referente a datas, metas para a convergência macroeconômica no país. Ao mesmo tempo cabe salientar a aprovação do novo estatuto do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina.

No que diz respeito aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, cabe destacar que dos 39 protocolos adicionais assinados que envolvem estes

países, somente 5 contêm tratamentos diferenciais em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, indicados na página 41. Por outro lado, a Secretaria-Geral realizou muitas atividades e ações de apoio para o funcionamento destes países, vinculadas com o comércio eletrônico, apoio às negociações da ALCA, gestões perante agências internacionais, etc. Foi feita uma avaliação do Programa de Atividades em favor dos PMDERs por um prazo maior e não somente do ano porque abrange todo o período 96-2000, do qual derivam propostas de ação futuras.

No referente a negociações com os países não membros da Associação, com os países da América Latina e do Caribe, deve-se destacar no Artigo 25 os acordos do Brasil com a Guiana e com Trinidad e Tobago e de Cuba com a CARICOM, bem como a ampliação do acordo entre a Colômbia e Honduras. Entraram, também, em vigência tratados de livre comércio assinados em 2000, isto é, no ano anterior, México com Honduras e El Salvador. O Chile ratificou sua aprovação ao Acordo de Livre Comércio com a América Central, em particular ao programa de liberalização com a Costa Rica. A Comunidade Andina continuou suas negociações com os países do Triângulo do Norte, Guatemala, Honduras e El Salvador.

Quanto às negociações com outras regiões de fora da América Latina, continuaram as negociações do MERCOSUL, Chile e Comunidade Andina com a União Européia, em algum caso, especificamente do MERCOSUL com intercâmbio de lista de produtos de interesse. O México começou já sua primeira reunião do Comitê Conjunto em seu Acordo de Livre Comércio com a União Européia e Cuba retomou formalmente seu diálogo político com a União Européia.

O Chile, por sua vez, realizou oito rodadas de negócios com os Estados Unidos e três com a Associação Européia de Livre Comércio e o MERCOSUL teve uma reunião de Ministros de Comércio com os países do bloco com um representante comercial dos Estados Unidos, mas tudo isto são negociações, conversações que estão em andamento, mas que não se concretizaram em 2001.

Nas conversações entre a Comunidade Andina e os Estados Unidos cabe destacar que durante todo o ano teve muita importância o relacionado com a renovação e ampliação da lei de preferências comerciais andinas, de que gozam estes países nos Estados Unidos, que tiveram sérias dificuldades para sua renovação para o ano seguinte, e a proposta e que seja incluída a Venezuela como beneficiária da mesma.

No que diz respeito à ALCA, são desenvolvidas e detalhadas as resoluções e recomendações da reunião de Ministros de Comércio, bem como as da Terceira Reunião de Cúpula das Américas, onde os Presidentes ressaltaram a necessidade de combinar negociações da ALCA, o mais tardar em janeiro de 2005, para sua entrada em vigor a partir de final do ano 2005.

É importante destacar que o antigamente chamado *fast track*, e agora chamado *trade promotion authority*, foi aprovado na Câmara dos Representantes mas, ao contrário das oportunidades anteriores com restrições bastante diferentes, bastante limitantes para as ações do Executivo em suas negociações internacionais.

No que se refere à OMC, houve muitos temas que dificultaram enormemente a realização de uma reunião ministerial que finalmente se realizou em Doha, onde foi lançada uma nova rodada de negociações comerciais. A nova rodada empreenderá negociações em uma variedade de temas realmente muito amplos: agricultura,

serviços, dumping, tarifas industriais, acordos comerciais regionais, meio ambiente, subsídios à pesca, solução de controvérsias. Tem uma agenda muito ampla.

Apesar da oposição dos países em desenvolvimento, a declaração incorporou na agenda de negociação os “denominados temas de Singapura”, investimentos, concorrência, compras do Estado e facilitação do comércio. As negociações devem concluir o mais tardar em 1º de janeiro de 2005, o qual nos está demonstrando, realmente, a coincidência da quantidade de negociações que concluem esse ano e a quantidade de eventos que, no jogo internacional, têm como limite esse ano, que se torna muito importante para todas as negociações.

O último tema referente à OMC, importante para os países da ALADI, é o tema do desenvolvimento. A declaração ministerial contempla a criação de dois grupos de trabalho; um sobre dívida e finanças e outro sobre transferência de tecnologia, relacionado diretamente com este tema que nos interessa.

Como todos sabemos, nessa reunião também se concretizou a incorporação da República Popular China e do Taipei Chino à OMC, o qual foi realmente uma ampliação da cobertura em termos da população humana muito grande.

Finalmente, no âmbito de nossa organização houve duas atividades básicas. A primeira, referente aos trabalhos do Comitê de Representantes em cumprimento de uma encomenda emanada da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, que elaborou o estudo da evolução do processo de integração, onde fez uma série de recomendações desenvolvidas também no trabalho e, por último, as atividades que levaram adiante tanto o Comitê de Representantes como a Secretaria-Geral para a adequação institucional e administrativa da Associação, a fim de melhorar sua eficiência e para dar melhores serviços a seus países-membros.

Isso é o que contém o relatório. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Há algum comentário?

Tem a palavra o Representante da Argentina, Carlos Onis Vigil.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, desejo manifestar que o documento é importante, que faz uma resenha do processo de integração durante 2001, mas não vou me referir ao conteúdo, senão ao procedimento. Este documento está na página web e na apresentação diz que as Representações Permanentes fizeram contribuições e sugeriram caminhos.

Este é um tema que está sendo discutido, quais os documentos que devem passar pelo Comitê de Representantes antes de entrar na página ou quais documentos entram automaticamente na página web depois de sua impressão e distribuição. É um tema que tratamos no ano passado e foi incluído no Programa Atividades para este ano. No mês de abril devemos começar a discutir o programa de difusão, de acordo com o Programa de Atividades, e nesse momento será aprofundado o tema, mas basicamente desejo manifestar que a Secretaria, dentro de suas competências realize, este tipo de estudos, com um parágrafo que mencione que os comentários e conteúdo do presente trabalho são de responsabilidade

exclusiva da Secretaria-Geral. Portanto, com esse comentário se faz sua impressão e distribuição e é colocado na página web.

Se optamos pelo outro procedimento, no sentido de que o documento passe pelo Comitê, pelos Governos, deveríamos discutir detalhadamente sobre coisas que não seriam positivas, porque haveria múltiplas opiniões sobre os diferentes temas e finalmente terminaríamos mudando um documento. Consideramos importante que a Secretaria dê sua opinião e que esta fique registrada como opinião da Secretaria, e nós tomaríamos conhecimento do documento através da página web, como fazem todas as pessoas; e se alguém deseja fazer algum comentário, pode fazê-lo, mas deixando claro que este documento não é responsabilidade dos Governos. Essa é a linha divisória, porque não tem nenhum sentido fazer correções ao documento quando já está na página web.

Não estamos de acordo com o que fala sobre o MERCOSUL, sobre MERCOSUL-Comunidade Andina, sobre a ALCA, sobre a União Européia, etc., mas não tem sentido corrigi-lo agora, porque já é público. Então, considero importante que o documento permaneça; quanto mais profundo e mais analítico, melhor, mas que fique registrado, como em múltiplos documentos de organismos internacionais, que “o conteúdo deste documento é responsabilidade de seu autor”. Que neste documento, que está na página web, figure um esclarecimento na primeira parte, na página de apresentação, que diga: o conteúdo do presente documento é responsabilidade exclusiva da Secretaria-Geral da ALADI. Quando discutamos em profundidade o tema difusão, veremos o que fazer, quem lhe outorga o caráter de reservado, quais automaticamente são reservados e quais são públicos, mas neste momento queremos que figure essa cláusula na primeira folha.

Contudo, considero importante o documento e creio que a Secretaria deve insistir nos documentos críticos, analíticos, em profundidade, sobre o processo de integração, mas não cabe que nós discutamos estes temas; se for o caso, que fique como um documento reservado. Discutamos o tema com tempo suficiente para determinar o que fica no documento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente.

la começar agradecendo a Secretaria, mas vou começar dizendo que subscrevo todas as manifestações do Representante Permanente da Argentina. Também minha Delegação considera que este é um documento importante, que contém informações úteis, dados concretos, e resulta importante na medida em que os contém e que se sujeita a fatos e a documentos oficiais, o que faz que estes pontos tenham uma transcendência maior.

É também um documento de exclusiva responsabilidade da Secretaria-Geral, que procura complementar e ampliar a análise preliminar da evolução do processo de integração do ano 2001, que recebemos no início do ano e que agora ampliamos e detalhamos com alguns dados mais revisados e atualizados.

Logicamente é um documento que representa uma visão de um processo, uma visão que os países-membros não necessariamente compartilhamos em sua

totalidade. Por isso é tão importante a distinção mencionada pelo Representante Permanente da Argentina.

O documento é um relatório, é uma aide-mémoire na parte fatural, é também uma análise que devemos reconhecer muito difícil de fazer, porque é uma análise quase em tempo real, na medida em que as coisas estão acontecendo e, por último, é também uma tentativa de prognóstico e mais uma vez temos nossas reservas porque é muito difícil operar neste mercado, embora algumas pessoas tenham alcançado, inclusive, sua sobrevivência especializando-se nesse tipo de projeções. Um exemplo claro está em que o documento, em determinado momento, diz que se prevê a queda do preço do petróleo e a recuperação do setor de informação. Nenhuma das duas está acontecendo e talvez não aconteça em um futuro próximo.

Mas isso acontece, exatamente, quando se trabalha com prognóstico, da mesma maneira que é muito difícil fazer um trabalho de reflexão em tempo real, porque se trabalha com dados e essa é uma das primeiras dificuldades que vemos aqui claramente. Se observamos bem comprovamos que há dados que estão na análise preliminar publicados há poucos meses, que já foram necessariamente revisados e não somente os dados preliminar para 2001, senão também dados do ano 2000, porque lamentavelmente se trabalha com dados que ainda não foram preparados e não tem a consistência necessária dentro do curto prazo. Então, é muito difícil trabalhar nestas condições e reconhecemos méritos no trabalho da Secretaria para levar adiante um estudo com este tipo de dificuldades.

Mas como dizia, opinamos que é um trabalho de responsabilidade da Secretaria que compromete e envolve somente a Secretaria. Do nosso ponto de vista o relatório não somente vai além do que seria necessário quando tenta fazer projeções sobre o futuro, senão que de alguma maneira resulta desbalanceado, não em todo o documento mas, principalmente, no resumo, e menciono alguns elementos. No resumo executivo há aproximadamente sete parágrafos sobre a OMC, quatro parágrafos sobre a ALCA e apenas um sobre todo o processo que empreendemos aqui sobre a implementação da Resolução 54 (XI) e o fortalecimento e aperfeiçoamento da ALADI. Do nosso ponto de vista, isto resulta desequilibrado, particularmente quando o tema principal deste relatório é, como não poderia deixar de ser, o regional.

Acreditamos, também, que neste documento da Secretaria há uma visão mais negativa da realidade, e uma vez mais cabe uma reflexão sobre o risco inevitável do emprego da adjetivação. A adjetivação, muitas vezes, nos afasta de uma visão mais externa ou pode perturbar uma visão mais externa e mais neutra da realidade. De alguma maneira, sempre é uma preocupação porque as análises e, principalmente, as projeções acabam tendo seu impacto sobre a realidade. Todos conhecemos bastante bem grande número de profecias auto-cumpridas, que são exatamente uma preocupação constante para todos os que operam nesse setor.

Não queremos ser negativos, porque como registramos e repetimos, trata-se de um documento com muitos méritos, embora não compartilhemos nem a linguagem nem a análise total, nem integralmente a visão, diria, que além de ser uma contribuição extremamente positiva pelo fato de ter sido preparado e apresentado em tempo, dentro dos prazos, também é um documento bastante positivo pela maneira como descreve a importância da informação, como insumo essencial para o apoio que possa ser dado à atividade empresarial no âmbito de nossa Associação. Este também é um documento positivo porque não só faz um relato e uma análise dos

acordos celebrados ou em via de negociação no âmbito de nossa Associação, mas também porque vai além disso. Inclina nossa atenção para ações de caráter regional, que terminam sendo também um insumo importante para nossos esforços na ALADI.

O Brasil agradece a apresentação do documento, reconhece seus múltiplos méritos, faz algumas observações sobre o que não parece estar ao mesmo nível do ponto de vista desta Delegação, mas reconhece, principalmente, uma tarefa bem feita pela Secretaria na preparação de um documento sob sua responsabilidade que procura apresentar uma visão da evolução do processo de integração regional. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Brasil. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, a Representação do México adere absolutamente, termo por termo, palavra por palavra, e está totalmente de acordo com as reflexões da Delegação do Brasil.

Perante fatos consumados, faria duas observações; a primeira, felicitar-nos por ter a capacidade de trabalho expressada no documento, que ainda não li, mas através da apresentação feita e dos comentários internos de minha Representação reconheço que é um documento importante e é bom ter essa capacidade de trabalho na ALADI; a segunda, e digo também perante fatos consumados, creio que é imprescindível, se já está sendo publicado na página web, acrescentar imediatamente uma nota comunicando, de alguma maneira, por exemplo, uma expressão que dissesse que a única responsável é a Secretaria, e dizer que está sujeito às observações, emendas e demais que desejem fazer os Governos, e simplesmente fica aí. Não importa como seja publicado ou distribuído, a verdade é que se transforma em um documento de consulta; isso é uma realidade. Uma vez que esteja disponível na página web, as pessoas não vão reflexionar sobre se foi aprovado ou não pelos Governos. Será uma fonte de consulta. Quando eu consulto um documento desse tipo não observo as notas, não vejo se foi ou não aprovado pelos Governos. O importante é que se comunique que está sujeito à revisão, aprovação e eventual modificação dos Governos membros do Organismo.

Trata-se de um documento de complexa elaboração, porque deve expressar em um denominador comum tudo aquilo no qual estamos de acordo, e isso é muito difícil. O documento merece antecipadas felicitações, porque sem dúvida é um trabalho muito complexo e, por isso, sujeito a muitas ressalvas que podem estar ou não explícitas. Creio que seria muito interessante que para as próximas experiências trabalhemos toda uma semana sobre o documento e que seja responsabilidade da Secretaria incorporar as observações e comentários a este documento para sua publicação, embora com algumas ressalvas.

Reitero que é urgente fazer esta mudança na página web e desejaria fazer duas observações sobre o que incidentalmente estava vendo aqui, que é um detalhe. Os acordos do México com Honduras e El Salvador não são diferentes do acordo que tem com a Guatemala. De fato, é um acordo com o Triângulo do Norte, e aqui aparecem como dois acordos na página 44. O primeiro teria sido celebrado entre Honduras e El Salvador e o segundo, com a Guatemala e não é assim, é um só. Isso para mencionar apenas um dado.

Outro tema que me preocupa consta na página 19, onde há uma análise muito interessante, no Quadro 5, no qual o mais importante parece apontar para o MERCOSUL, e o México teria interesse em que fosse levado em conta como um dos esforços mais modernos e positivos da América Latina para a integração, sem dúvida, o Grupo dos Três, que não figura aqui. Os três países são membros da ALADI. É um dos acordos de avançada conceitualização existente na América Latina e aqui não figura. Pareceria que existe uma preocupação específica exagerada para o MERCOSUL e acredito que isso deve ser emendado. Não li o documento, estou vendo o quadro, mas aqui merecia figurar o G-3, pelos países que o integram, pelo caráter de avançada que tem o acordo e pela magnitude do que está sendo realizado com grandes esforços, até mesmo porque acaba de realizar-se um relançamento do G-3 por parte dos Chefes de Estado dos três países integrantes.

Reitero, não li o documento, mas desejaria fazer uma observação sobre a excelente apresentação. Deveria fazer-se um esforço onde se reconhecesse que os processos de integração atualmente vão além dos acordos de tarifas e coisas semelhantes; não há um capítulo onde se explicita os enormes esforços que estão fazendo os países, em alguns casos, para integrar suas economias, não somente do ponto de vista das próprias transações comerciais, mas da integração desde a base produtiva, através dos investimentos. Este é um grande desafio de nosso tempo, e diria que a experiência atual do MERCOSUL, se me permitem entrar em âmbitos que não são da minha competência, tem a ver com o não fortalecimento da integração, desde a base produtiva, com os investimentos do caso.

Quando falamos do caso do México com os Estados Unidos, do êxito que teve, do incremento importante do comércio com os Estados Unidos, não é pelo comércio *per se*, é o fluxo enorme de investimentos recebido pelo México como parte do processo e onde os investimentos transformaram a base produtiva do país, levando a uma enorme transformação no que se chamaria a reconversão industrial, garantindo tetos de mercado no norte e para o norte no México, etc. A parte de investimentos é muito importante. Falo, por exemplo, do caso do G-3. Os investimentos do México na Venezuela e na Colômbia, principalmente na Venezuela, atualmente outorgam ao México, depois do petróleo, o papel de país acionista na Venezuela, que maior exportação gera na Venezuela. Pensemos em SIDOR, a empresa de cimento, e outras mais; elas geram a maior parte da exportação. Logicamente não se pode comparar com PDVSA, mas é um dado relevante que parte, não somente de um acordo comercial convencional tradicionalista, mas da integração desde a base produtiva.

Desejo fazer uma recomendação específica à Secretaria, no sentido de que no próximo documento que elabore, analise, aprofunde as questões que têm a ver com os esforços de integração, onde hoje a integração está reclamando que é a integração desde a base produtiva, porque as correntes comerciais se dificultam ou se esgotam se não existe o compromisso da complementaridade desde essa base de produção. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Devemos tomar nota deste documento apresentado pela Secretaria, em virtude das competências que o próprio Tratado lhe determina, especialmente na letra k) do

Artigo 38, que a faculta para realizar avaliações periódicas sobre o andamento do processo de integração e fazer um seguimento permanente das atividades relacionadas com esse processo. Não há dúvida de que é um documento da Secretaria e, portanto, de sua responsabilidade.

Subscrevo o dito quanto a que é um documento de qualidade, que melhora consideravelmente a apresentação do ano passado. Considero que ainda falta a esta avaliação mais profundidade política e, precisamente por se tratar de um documento da Secretaria, deve ser elaborado com independência. De certa maneira diria que a Secretaria deve ser, se nos sujeitamos ao que estabelece o Tratado, uma espécie de vigia e de consciência crítica do processo de integração e, portanto, creio que, inclusive, a Secretaria deveria ser mais incisiva, mais profunda e mais contundente na valoração dos avanços do processo de integração, a partir dos dados objetivos estabelecidos neste documento.

Portanto, creio que ainda há uma diferença. Neste documento há certo déficit nesta matéria. Sua qualidade técnica é inquestionável, embora possa conter, como contém, alguns erros, valorações técnicas, talvez menos corretas, como manifestou o Embaixador do México recentemente. Nós também temos algumas observações no que se refere a dados ou ao tratamento dos mesmos, mas desejaria centralizar-me, fundamentalmente, no enfoque que deve conter um documento desta natureza.

Creio que a forma de salvar a responsabilidade dos países sobre este documento é que, definitivamente, daqui em diante seja o "Relatório do Secretário-Geral da ALADI sobre a evolução do processo de integração no ano correspondente". De fato, na União Européia existe o Relatório do Presidente da Comissão, e todos consideram que é o relatório do Presidente da Comissão e não dos países, e se o relatório do Secretário leva esse título, fica claro que se trata de um documento de um órgão da Associação e não de um documento dos países. Por outro lado, podem fazer-se comentários no pé da página, etc.

Sugeriria também, Senhor Presidente e Senhor Secretário-Geral, que para a elaboração de um documento desta natureza existisse um período de consulta, mantendo claramente a independência da Secretaria para colocar no documento o que considere conveniente. Desejaria lembrar, já que muitos de meus colegas sabem e participaram disso, que inclusive as classificadoras de risco, antes de elaborar os relatórios de cada país, entregam uma minuta aos países, aos Ministérios da Fazenda. Pessoalmente tinha que ver o relatório do Chile no Ministério da Fazenda e o país faz as observações à minuta. Depois a classificadora de risco manifesta sua opinião e tem a oportunidade de dizer que alguma cifra não é correta; esse procedimento também poderia fazer-se aqui, sem lesar, em absoluto, a competência e a independência que tem e deve ter a Secretaria para emitir um documento desta natureza.

Sugeriria, primeiro, que o relatório fosse feito pelo Secretário e que assim figurasse no título. Segundo, que haja um período de consulta com as Representações que ajudarão a enriquecer o documento. E terceiro, Presidente, desejaria manifestar, avaliando o documento, que considero que além de ter ainda esse diferencial de profundidade política, que creio deveria ter, o documento é um pouco híbrido entre o que é uma avaliação do processo de integração e o que é uma avaliação das atividades da Associação neste âmbito.

No documento se mistura as referências aos trabalhos da Secretaria ou aos trabalhos do Comitê com a radiografia do processo de integração no que se refere ao comportamento dos acordos comerciais existentes no âmbito da ALADI. Creio que devemos distinguir, na minha opinião, entre um documento que é uma avaliação do processo de integração do Secretário-Geral, que não deve conter referências institucionais aos trabalhos do Comitê nem o que foi feito em um seminário, porque o documento tampouco trata em profundidade essa área. Se contempla um capítulo sobre o trabalho institucional, deve fazê-lo a fundo e tampouco o faz. Portanto, considero que devemos resolver um tema para o próximo documento. Devemos tomar decisão, isto, é, devemos elaborar um documento como fazem a CEPAL e o BID, que não fala dos trabalhos da CEPAL nem como funcionou o Comitê, nem quantas vezes se reuniu, nem por que não faz um documento de avaliação.

Finalmente, em matéria de valoração do processo de integração, creio que o manifestei, não tem profundidade política. Há um déficit nesse sentido, quanto a que deveria surgir, dos dados contidos no documento, uma conclusão. Por exemplo, a falta de avanço institucional ocorrida no processo de integração durante o ano 2001. Se os senhores lembram, o relatório do Secretário-Geral da CEPAL o ressalta. A CEPAL foi muito clara e crítica sobre a falta de avanço no processo de integração regional, em matéria institucional. Isso não está refletido neste documento, não foi dito nada a esse respeito, e se é uma avaliação do processo de integração, deveria conter claramente os objetivos do Tratado, as resoluções e os avanços obtidos no processo, mas não somente os avanços a nível da Associação, senão no âmbito que abrange a Associação. Também falta isto.

Se é um documento do Secretário-Geral, que incida sobre estes aspectos será bastante útil porque, como digo, necessitamos que na Associação seja exercida, com mais força, o que deveria ser a consciência crítica do processo, e essa consciência crítica foi entregue pelo Tratado, do meu ponto de vista, à Secretaria. Como na União Européia foi entregue à Comissão Européia, que, como os senhores lembram, é conhecida como a “guardiã dos Tratados”. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Chile. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar desejo felicitar a Secretaria pela elaboração deste documento. Em segundo lugar, por um somatório de coincidências com as Representações que me precederam no uso da palavra. Desejaria apoiar a proposta do Embaixador da Argentina e coincidir com a Representação do Chile em que este seja um relatório do Secretário-Geral, que tenha absoluta liberdade, inclusive naquelas discrepâncias que hoje temos pelas formas diferentes de ver alguns temas, para incorporá-los a este documento.

Acreditamos que a avaliação crítica que possa fazer o Secretário-Geral será uma contribuição para a dissidência ou a coincidência com as Representações dos países e, nesse sentido, queremos apoiar a proposta do Embaixador do Chile. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Paraguai. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, coincido com as manifestações feitas sobre a responsabilidade que deve ter o documento. Em princípio estou de acordo com a proposta de Carlos Onis, no sentido de acrescentar um parágrafo no qual conste que se trata de um documento da Secretaria mas, depois de ouvir a proposta do Chile, adiro a essa iniciativa, porque considero que é mais adequada, visto que no título já se estabelece a responsabilidade do autor desse documento.

Creio que, apesar de ter-se apresentado algumas observações ao estudo, ao documento, em papel de seda, a realidade é que as críticas são em alguns casos, devastadoras, sobre o alcance do estudo, e isso me parece bom e saudável, mas ao mesmo tempo deveria servir-nos para começar a examinar e discutir as diferenças de fundo que temos sobre os alcances de um documento preparado pela própria Secretaria e que trouxe a nossa consideração, para ir identificando o que nos afasta, em que estamos de acordo, que visões do processo de integração compartilhamos e quais não, porque creio que devemos ter pelo menos um acordo no aspecto fundamental sobre que tipo de integração queremos, qual é o paradigma da integração, para saber se nos estamos afastando ou aproximando desse paradigma, mas não podemos continuar tendo todos diferentes visões sobre o que queremos porque nunca vamos estar de acordo.

Considero que não é a primeira vez que temos uma visão pessimista ou uma visão otimista. Não é a primeira vez que temos este tipo de debates, e no fundo temos a discussão porque alguns têm certas expectativas quanto ao que deve ser a integração e outros têm outras e, logicamente, os que têm expectativas mais altas são pessimistas e os que têm expectativas mais baixas ou diferentes são relativamente otimistas.

Se não fazemos esse exercício mínimo de identificar um acordo sobre qual deve ser o paradigma da integração que queremos, que não necessariamente é a visão institucionalista de que devemos sujeitar-nos ao que dizem os tratados, nem creio que a Secretaria deva ser guardiã dos ratados ou dos acordos, ou do desenvolvimento do Tratado, porque há alguns temas que deveriam ter sido revogados ou modificados e estão aí, mas há uma concepção dinâmica de que tipo de integração queremos.

O Embaixador do México fez hoje uma contribuição, manifestando que estamos tendo uma visão muito parcial da integração, sujeita exclusivamente ao tema dos avanços no intercâmbio comercial. Não será que devemos incluir com tanto ou igual peso o que significou o maior intercâmbio ou os maiores investimentos entre nossos países? Essa é uma contribuição dinâmica, uma visão dinâmica da integração, na qual nos podemos pôr de acordo, mas não podemos começar a discutir são coisas fundamentais como que podemos ser otimistas apesar de que a cada momento aumentam os obstáculos para o intercâmbio. Se não estamos de acordo com isso, se consideramos normal estar aqui considerando estabelecer preços de referência para quase todo o universo tarifário, que falemos de medidas protecionistas, que tenha sido adotada uma série de medidas protecionistas, esses são retrocessos, e devemos aceitá-los. Pode ser que politicamente não possamos dizê-lo porque todos nossos países estão comprometidos, de alguma maneira, com as medidas regressivas, mas seria interessante saber se essas medidas regressivas perante um ideal de integração não se consideram como tais.

Portanto, embora essa discussão não conduza a nada, devemos tê-la, porque se não fora assim, não saberemos de que tipo de integração estamos falando. Creio que aqui foram feitas contribuições e devemos ter esse âmbito de referência, esse paradigma, e a visão da Secretaria deve ir um pouco em função do que estamos alcançando em prol desses ideais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Colômbia. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinel). Obrigado, Senhor Presidente.

Queremos também expressar nosso reconhecimento à Secretaria-Geral por este trabalho que consideramos muito importante, profundo, e tomamos nota dos comentários das distintas Representações. Compartilhamos o manifestado pelos Representantes da Argentina e do Brasil e apoiamos também as sugestões do Representante do Chile.

Queremos tomar estes comentários, retransmiti-los como Representação do Uruguai, como sugestão para aperfeiçoar o documento e não como crítica ao documento. Não é nossa intenção criticar isto que consideramos muito importante. Sim queremos destacar o manifestado pelo Representante do Chile, de que o próprio Artigo 38 fala de duas instâncias, uma é a avaliação periódica do andamento do processo, que deveria ser este documento, como está rotulado e, outra, o seguimento das atividades empreendidas pela Associação, que seria outro documento ou outro capítulo deste documento. Nisso estamos totalmente de acordo e por isso sugerimos que o documento seja reformulado dessa forma.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, minha Representação escutou com muito interesse o manifestado a respeito da Secretaria e de sua responsabilidade.

Porém, preocupa-me que em algumas partes do documento constitutivo da Organização se fale do que é competência indubitável da Secretaria, principalmente no que se refere ao Artigo 38, que fala da análise por iniciativa própria dos processos, inclusive também a pedido dos países, quanto ao processo e à avaliação periódica do processo de integração. No entanto, tenho a impressão de que convivem nas atribuições da Secretaria faculdades técnicas, como se fala no próprio Artigo 38, “realizar os estudos necessários para cumprir suas funções técnicas”, mas não exclui, sem dúvida, elementos de faculdade política para fazer as coisas. Fala, principalmente, de sua própria iniciativa; por conseguinte, não nos deve surpreender seu caráter, o estilo de apresentação do documento, e creio que o único que podemos concluir agora é que é necessário fazer uma breve análise deste documento a fim de evitar algum problema de fundo em algum momento porque, apesar de ser responsabilidade da Secretaria, algum país pode, inclusive, sentir-se verdadeiramente violentado por alguma apreciação que se faça no documento e da qual pudesse fazer-se uma emenda muito oportuna. Por conseguinte, trata-se, na

verdade, de tornar compatível a responsabilidade da Secretaria com os interesses, em última instância, que aqui representa cada um dos países integrantes.

Sim me preocupa que nesta convivência de faculdades técnicas e fáticas da Secretaria, se fale da necessidade de que o documento aprofunde politicamente, como acaba de manifestar o Embaixador do Chile. Minha Representação não estaria de acordo com isso. Foi manifestado que devia ser mais incisiva e contundente, do ponto de vista político, mas ouviria a voz distante de algum rústico mexicano, que responderia “no te metas pa lo hondo”. Tenho sérias dúvidas de que o documento deva fazer-se dessa maneira.

O documento deveria ter alcances políticos, mas deveria limitá-los mais do que aprofundá-los politicamente. Deveria ter caráter técnico, deveria ter dados, não deveriam omitir-se as avaliações que envolvam aspectos políticos, nem aprofundar seriamente nisto porque é o lugar de debate e, eventualmente, de controvérsias.

Logicamente, devemos felicitar-nos por poder elaborar documentos deste tipo e que no futuro possamos dedicar-lhes uma semana de trabalho. Além disso, creio que isto seria muito estimulante. Não se trata de discutir o documento *per se*, porque já se recebeu uma análise de questões de fundo e podemos focar paralisados aqui. O documento continua sendo do Secretário, mas que se comunique se existem questões de fundo de cada um dos países ou de dois ou três, a fim de que sejam acrescentadas ou omitidas no trabalho da Secretaria. O documento, finalmente, continuaria sendo um documento do Secretário, sem os problemas que agora estão surgindo. Não sei se são problemas, simplesmente faz que reflitamos sobre a conveniência de analisar este tema. Creio oportuno fazê-lo neste momento.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Indiscutivelmente, este documento é histórico, porque trata sobre a evolução do processo de integração regional durante 2001. O ano 2001 já passou. A Secretaria-Geral elabora um estudo com o acontecido em matéria de integração de 2001. Estamos em 2002 e não me preocupam tantos os erros que possa haver no documento, as retificações que devam fazer-se. Preocupa-me o fundo deste documento, em matéria de integração regional.

Se não me equivoco, a Delegação do Brasil manifestou, precisamente, que a parte mais pequena deste relatório é a que se refere ao desenvolvimento da integração regional. Isto nos demonstra que muito pouco progredimos nessa integração regional, e isso é o que me preocupa, Senhor Presidente.

Não me preocupa o que aconteceu em 2001, nem quantas reflexões devemos fazer sobre o acontecido em 2001 e quais são as correções que devemos fazer. Preocupa-me como vamos trabalhar em 2002, para que em 2003 o documento que nos apresente a Secretaria ou o Secretário-Geral diga que o processo regional avançou, que a ALADI pôde colocar-se no lugar que realmente lhe corresponde. Insisto, pouco me interessa o acontecido. Estou muito preocupado do que vai acontecer e da obrigação que tem cada um de nós para que em um próximo relatório não se diga ou se fale tão pouco do processo regional, mas que possamos ter a sorte

de ser autores de um processo de integração muito mais fortalecido, do que contém este relatório histórico do ano 2001.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Equador. Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). Em primeiro lugar, desejaríamos felicitar a Secretaria-Geral pelo relatório, pela avaliação. Consideramos também que houve um avanço substantivo com relação ao documento do ano passado.

Por outro lado, gostaríamos de aderir ao proposto pelo Embaixador do Chile. Compartilhamos o conceito de que este documento está dentro das atribuições da Secretaria-Geral, conforme o Tratado. Somente temos reservas com o desenho dessa etapa de consultas que pode obter o objetivo, e utilizarei palavras do próprio Embaixador do Chile. O objetivo pode ser que fique finalmente um documento “descafeinado” e que o êxito que teve sua apresentação, que levou a sua discussão e a manifestações de posições, algumas muito positivas, como do Embaixador do México, de identificar grupos regionais importantes como o G-3 de maneira diferente, e outra observação do Embaixador do México, que indicava o destino dos investimentos regionais como outro elemento importante de construção de um espaço de integração. Considero que são perfeitamente atendíveis por parte dos elaboradores deste relatório.

No entanto, essa etapa de consultas é preocupante. O Embaixador Casanueva manifestava que as avaliadoras de risco enviam seus relatórios previamente aos Estados, mas a verdade é que poucas vezes mudam sua visão a partir do que os países consideram que deve incluir-se, e a classificação sai e essa classificação tem efeitos e deve lutar-se contra os mesmos e devem construir-se políticas.

Creio que um dos poucos espaços, estou pensando no orçamento que tem a Secretaria para apresentar um discurso próprio, que lhe permita não ser dissonante nem muito menos, simplesmente cumprir com sua obrigação de órgão, é este documento. Portanto, considero que deveria ser viável que a Secretaria fizesse, provavelmente, uma publicação prévia e que os países pudessem fazer-lhe observações. Pessoalmente não gosto do mecanismo; preferiria um mecanismo que a Secretaria publicasse e que os debates se realizassem mediante respostas dos países para esclarecer e para marcar posições contrárias a ele. Isso seria muito mais útil para todos.

Sobre os prognósticos, há um provérbio hindu que nunca entendi muito bem, que diz que prognosticar é difícil, principalmente o futuro. Mas, em resumo, considero que a Secretaria deveria recolher o parecer dos países e apresentar-nos, em algum momento, um mecanismo que sirva como etapa de consulta, com a qual, insistimos, minha Representação não simpatiza. Mas devemos resolver este problema que, de nenhuma maneira, é um impasse, porque todos estamos de acordo na qualidade do documento, que serviria para que a Secretaria tivesse a possibilidade de fazer uma vez por ano esse esforço de orientação do processo de integração a partir destes documentos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Venezuela. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Queria referir-me a dois temas. O primeiro é que desejaria dar minha opinião sobre esta consulta que mencionei como um procedimento da Secretaria. Em nenhum caso creio que deva ser decidido por este Comitê, no sentido de estabelecer um procedimento formal a esse respeito.

Creio que isto deve ser decidido pelo Secretário-Geral, no sentido de como efetuar as consultas correspondentes para que seu documento contenha uma visão dos países. A Secretaria, insisto, tem faculdades para avaliar o processo de todos os aspectos, como manifestava o Embaixador do México.

No que se refere à profundidade política e que “no se meta pa lo hondo”, creio que sim deveria fazer-se, mas deve-se saber até onde pode para não se afogar.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Muito obrigado, Senhor Presidente. Obviamente como o que tem menos experiência no Comitê de Representantes, estive escutando com muita atenção todos os comentários suscitados por este documento, que tive a oportunidade de ler. Considero-o de boa qualidade, muito detalhado. Na verdade, gostei muito dele e felicito a Secretaria-Geral pelo trabalho realizado.

Escutei com particular interesse as intervenções dos Embaixadores do Chile e do México e coincido plenamente com os comentários muito pontuais da Delegação do Brasil e da Representação Argentina. Como Representante do Peru creio que, talvez, a solução à problemática existente poderia ser trabalhada com um sistema de consulta. Isto é, fazer uma distribuição restringida do documento entre as Representações, tal como está elaborado pelo Secretário-Geral, e talvez poderíamos limitar-nos em um prazo fixo, determinado, não prorrogável, porque já sabemos o que vai acontecer em nossas capitais. Até determinado momento se recebe todo tipo de sugestões, contribuições, que podem ser levadas em conta ou não pela Secretaria-Geral. Simplesmente devemos dar a nossos leitores a possibilidade de que possam fazer contribuições ao documento, como as que fez o Embaixador do México e o Embaixador do Chile.

Considero importante, dentro deste procedimento, fixar um prazo específico para receber esse tipo de contribuições, porque se o prazo é aberto, se não são estabelecidos cronogramas, sabemos por experiência, as organizações não funcionam. Devemos ser conscientes e muito claros em fixar prazos não prorrogáveis, estabelecidos e aprovados por todos nós, pois simplesmente não serão levados em conta. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Peru. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, minha Representação não vai acrescentar nada quanto a algum comentário sobre o que representa o documento que está para a consideração do Comitê, mas considera que o debate será muito positivo porque representará um preâmbulo para a reunião que continuará em Chefes de Representação.

Espero que todos levemos em conta o que foi manifestado sobre a importância e significado, não somente de fazer um relato do acontecido em matéria de integração no âmbito dos doze países que fazem parte da ALADI, mas das responsabilidades políticas que também nos cabem como região e como países para poder desenhar o futuro da integração, de maneira que a propósito das Resoluções 55 e 56 da Décima Segunda Reunião do Conselho de Ministros, teremos, indubitavelmente, a lembrança muito presente deste dia para poder desenhar nossas próprias responsabilidades e para adotar as resoluções que correspondam a fim de garantir o encaminhamento de uma integração mais profunda.

Considero positivo que este relatório da Secretaria nos tenha levado a refletir profundamente sobre o que devemos ainda em matéria de integração. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Bolívia.

Em primeiro lugar, evidentemente há uma recomendação e consenso no sentido de que este documento reflete a responsabilidade da Secretaria. Nele foram apresentadas duas moções. A primeira, pôr uma nota onde diga que é responsabilidade da Secretaria-Geral, e se se coloca no título não é necessário declarar que é responsabilidade da Secretaria. Mas, tenho a impressão de que, como diz muito bem o Representante do Equador, é um documento histórico, está publicado. Creio que é muito difícil mudar o título agora. Podemos, sim, acordar que no próximo relatório seja colocado o título e que neste acrescentem quanto antes uma nota sobre a responsabilidade da Secretaria no documento.

Antes de continuar, se me permitem, vou romper um pouco o protocolo porque o tema é muito importante e gostaria de acrescentar algumas coisas, do ponto de vista da Venezuela.

Felicito a Secretaria por este documento descritivo. Para nossa Representação, o único que faz o documento é descrever o ocorrido; não avalia, não critica, não sugere, não recomenda. Portanto, considero que o documento é incompleto. Para seu próximo relatório, a Secretaria deverá buscar a responsabilidade que tem. É das poucas que tem a Secretaria para que eles nos critiquem, para que critiquem o processo, que nos indiquem o que aconteceu de bom ou de ruim, para saber se estamos pelo bom caminho, como dizia Juan Carlos Faidutti.

O mais importante é manter sua independência, porque dessa forma terá efeito significativo em nós. Considero que a última sugestão de Casanueva é a mais apropriada porque, evidentemente, o Secretário-Geral saberá como consultar. Vamos solicitar-lhe que publique uma versão preliminar para que possamos fazer a recomendação com data fixa. Estou de acordo com o manifestado pelo Peru. A Secretaria é responsável pelo documento porque, caso contrário, o documento estaria saindo do Comitê de Representantes.

Devemos deixar clara a profundidade do documento. Deve ser mais profundo, deve ter maiores pontos de vista críticos, tanto os positivos como os negativos, porque deve mencionar-se não somente o negativo, mas também o positivo e que nos permita realmente avaliar e ver que correções podemos fazer, de acordo com as sugestões do Secretário-Geral. Essa seria a observação da Venezuela.

Creio que o primeiro ponto, como expliquei, já foi tratado. Restaria ver se estamos de acordo com a última intervenção da Venezuela.

Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Estamos de acordo com as conclusões da Presidência, no sentido de incorporar a este Documento 1630 o parágrafo que indica a responsabilidade da Secretaria-Geral. Estamos de acordo também em mudar para o próximo ano o título do relatório.

Consideramos que em algum momento deveríamos retomar o tema, porque foram ditas muitas coisas sobre o conteúdo do relatório, sobre que temas deve incluir. Há muito sobre a parte internacional, sobre o tema intra-regional. Manifestou-se, também, que a parte institucional da ALADI está muito pouco destacada; ou seja, parece-me que o intercâmbio de idéias que deveríamos fazer é, se queremos, se a Secretaria tem interesse em que façamos uma espécie de *guidelines*, de qual é o tipo de documento que queremos, porque talvez o próximo relatório do Secretário-Geral tenha a mesma metodologia, o mesmo índice e mesmo conteúdo e, talvez, de acordo com o que escutamos, deveríamos aprofundar este debate e ver quais os documentos, um que elaborará o Secretário-Geral sobre a integração regional, outro informando como se desenvolveu e o que aconteceu na ALADI, outro documento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Representantes, que também é de responsabilidade da Secretaria-Geral. Já temos duas idéias claras.

No primeiro documento, sobre evolução do processo de integração regional, queremos que conste a OMC e esse tipo de coisas ou que conste como uma referência, que o documento esteja concentrado no avanço dos acordos? Do ponto de vista comercial e do ponto de vista mais amplo, econômico, como indicava, que não é somente o tema de investimentos, mas de integração fronteiriça, há uma série de ações simultâneas no processo de integração, que é o processo de avanço. Que acontece em infra-estrutura. Há muitas coisas que se fazem e nós nem as registramos. Esse é o tipo de análise que devemos fazer. Devemos aprofundar o índice para saber que tipo de relatório queremos e que profundidade queremos em cada um dos temas.

Não tenho inconveniente em tratá-lo hoje ou em outra oportunidade. Temos tempo até o ano que vem para dar esse tipo de delineamento ao Secretário-Geral. Como manifestamos em múltiplas oportunidades, é importante poder trabalhar de forma conjunta, os Governos com a Secretaria-Geral, que trabalhem os dois na mesma direção e que o Secretário-Geral tenha a capacidade de ser crítico e analítico. Um exemplo, o MERCOSUL e a CAN, há seis anos se estão reunindo para chegar a um acordo. Não podemos chegar a nenhum e em nenhuma parte do documento diz que isso não funcionou. Indica o que aconteceu, mas na realidade não aconteceu nada. Deveria dizer que o processo não avança, que há dificuldades e quais são. Isso será tratado depois, como disse Willy Vargas, mas esse tipo de análise deve ser profundo e crítico. Estou totalmente de acordo em que devemos indicar os problemas, mas considero importante debater o índice, qual a extensão e a profundidade que queremos dar a estes documentos, que para mim devem ser dois.

Proponho que a Presidência convoque uma reunião de Chefes para analisar este tipo de temas mas, reitero, estou de acordo com a conclusão da Presidência sobre o presente documento e o do próximo ano. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente.

Presidente, creio que a reunião de hoje foi inteligente. Houve muitas contribuições e sugestões importantes dos países, mas isto ficaria sujeito à sensibilidade da Secretaria no sistema de consulta. Desejaríamos que a Secretaria levasse em conta a quantidade de elementos de juízo dados, que creio que poderiam, de alguma maneira, melhorar o documento.

Compartilhamos da proposta da Representação do Chile, no sentido de que os dois relatórios sejam de responsabilidade do Secretário e, ao mesmo tempo, solicitaríamos, como as demais Representações, que a Secretaria-Geral estabeleça da forma mais rápida possível que este documento é de sua exclusiva responsabilidade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Paraguai. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, coincido com seu resumo. Somente desejaria manifestar que pensamos que a consulta da Secretaria deve ficar sujeita ao procedimento que considere mais conveniente e, logicamente, não desejaríamos receber uma minuta do relatório.

A consulta pode realizar-se de outra forma, mas não desejaríamos receber uma minuta do relatório porque nesse caso nos sentiríamos obrigados a responder com uma nota, e já passaria a ser um documento compartilhado, que não é o sentido que tem. Nada mais, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Chile. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Presidente.

Compartilhamos também do expressado pela Presidência quanto à nota que precederá este relatório. Estamos de acordo e reiteramos, porque já o manifestamos em nossa intervenção anterior, que isto merece dois relatórios, em função do disposto na letra k), que coincide com o que mencionava o Senhor Embaixador do Chile, mas temos nossas dúvidas quanto às propostas da Presidência, no sentido da competência da Secretaria para realizar avaliações periódicas do andamento do processo de integração. Por isso compartilhamos de que isto deveria ser debatido internamente, a fim de não comprometer o órgão técnico da Associação em alguns conceitos como os manejados nesta instância. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Afonso Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente.

Estamos absolutamente de acordo com a Presidência quanto a acrescentar uma nota ao presente relatório na página *web* e quanto à transformação do futuro relatório em um relatório do Secretário-Geral.

Coincidimos também com todas as Representações que expressaram sua clara posição de ter dois relatórios separados, um sobre as atividades da Organização e outro sobre o processo de integração regional. Entendemos que, efetivamente, o mais importante para que o Secretário-Geral possa oferecer-nos sua visão e sua contribuição ao trabalho da Associação é que saiba antes o alcance real, o conteúdo real que esperamos encontrar neste relatório. Por isso consideramos absolutamente importante poder debater em Chefes ou em outra reunião do Comitê os pontos e que sejam respeitados exatamente o conteúdo e o alcance de cada um desses dois documentos, para dar elementos ao Secretário-Geral para sua elaboração.

Quanto à questão das consultas prévias a sua publicação, minha Delegação entende que se é um documento da responsabilidade do Secretário-Geral, corresponderá a ele tomar as decisões que entenda necessário. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria, em primeiro lugar, agradecer os comentários e, como manifestou o Embaixador da Bolívia, sinto-me contente de que esta seja a sexta oportunidade em que nós apresentamos este documento e observo que cada ano este documento concita mais o interesse dos países.

Estava lembrando a primeira vez que o apresentei, sendo Secretário-Geral Adjunto, e não houve reação, e hoje houve uma discussão de quase uma hora e meia, que do meu ponto de vista foi positiva.

Evidentemente, tomamos nota de todas as observações, algumas de caráter geral, outras mais específicas. Não vou referir-me a elas porque não teria nenhum sentido fazer esse tipo de referências. Vamos revisar algumas sugestões feitas hoje pela manhã para melhorar nosso trabalho. É um processo interativo para poder realizar esse trabalho.

Quanto ao procedimento da página *web*, desejo confessar que este ano mudamos a sigla do documento e no primeiro parágrafo fomos muito taxativos, sem prejuízo de que vamos pôr a nota sugerida pelos senhores, mas o primeiro parágrafo do documento é muito claro, onde diz que foi um trabalho elaborado pela Secretaria-Geral com a finalidade de fornecer uma visão da Secretaria. A Secretaria fornece sua visão sobre o processo de integração, mas isso não importa, o que abunda não prejudica e vamos pô-lo. Não temos nenhum inconveniente, mas pensamos que com essas duas coisas tínhamos solucionado esse inconveniente que, como lembrava esta manhã o Embaixador Onis, causou algum problema em algum momento, mas não temos nenhum problema.

A CEPAL, por exemplo, utiliza uma expressão que diz que esse documento foi submetido à revisão editorial. Não vamos copiar dos amigos da CEPAL a expressão, mas buscaremos uma frase elaborada nesse sentido, com a finalidade de marcar muito bem a diferença. Reitero que tínhamos pensado que com a mudança de sigla e com esse primeiro parágrafo que tínhamos colocado no documento tínhamos solucionado este problema que consideramos de procedimento, mais do que outra coisa.

Vamos refletir internamente sobre este trabalho, do qual muito se discute e participam muitas pessoas da Secretaria-Geral em sua elaboração, que mobiliza boa parte do edifício para tratar de acrescentar insumos. Devo reconhecer que a análise deste ano foi bastante limitada. É uma *mea culpa* nesse sentido. Provavelmente tenha havido outras muito mais analíticas. Esta é muito mais descritiva, mas isso nos permite fazer uma reflexão com base nas suas observações e nos comentários feitos hoje para marcar uma linha temática, no âmbito das competências e das faculdades que nos outorga o Artigo 38 do Tratado neste campo.

Fomos também muito cuidadosos. Este documento não foi denominado avaliação do processo de integração, senão evolução do processo de integração. Há uma mudança semântica, mas provavelmente isso tenha limitado essa profundidade que indicava o Embaixador do Chile e que em algum momento também manifestaram o Embaixador do México e outras Representações sobre a elaboração do documento. Vamos marcar uma linha de trabalho sobre este campo. Não tenho nenhum inconveniente em discuti-la e compartilhá-la com os senhores. Creio que denominar este documento como o relatório do Secretário-Geral o da Secretaria-Geral ou Estudo da Secretaria-Geral marcará muito mais a diferença e evitará a incorporação dessa frase tão importante para alguns dos senhores.

Finalmente, desejo referir-me a esta frase “no te metas pa lo hondo”. Acontece que o Secretário-Geral aprofundou muitas coisas, mas sempre primeiro com cúmplices. É importante ter cúmplices. Em segundo lugar, procurei aprofundar no tema com uma margem de segurança muito grande. Primeiro me coloco um pára-quadras que funcione e, segundo, asseguro-me de que haja água para poder nadar.

Agradeço os comentários feitos e refletiremos internamente também sobre este tema e, em algum momento, voltaremos com a finalidade de superar alguns inconvenientes que tiverem surgido, mas desejo fazer constar expressamente, para finalizar, que este documento é de nossa estrita responsabilidade. Pensamos que, superada essa situação, vamos ser mais claros na página *web*, mas pensamos que é um trabalho que faz uma contribuição interessante para uma discussão futura sobre o processo de integração e suas perspectivas, sem ânimo de fazer nenhum tipo de futurologia. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva) Senhor Presidente, vou ser muito breve nesta minha última intervenção.

Sabemos que o relatório já foi objeto de consenso e vale a pena e também é uma ajuda para o Secretário-Geral que se façam as observações pertinentes. Inclusive creio que quando a Representação recebe o documento não consulta seu Governo para nada. Aqui mesmo faremos nossa avaliação para agilizar, mas desejaria sugerir a conveniência de acordar procedimentos. Entregam o documento uma ou duas semanas antes, realizamos por escrito as observações que forem procedentes e, sob sua responsabilidade, o Secretário as adota, as parafrasea, as assimila e com ou sem elas aprofunda no tema. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado.

Há um pedido de continuar discutindo o tema do âmbito em Chefes de Representação. Perguntei à Secretaria como obtiveram esse âmbito e eles responderam que foi discutido no Comitê de Representantes, onde se encomendou ao Grupo de Trabalho do Programa de Atividades elaborar o atual índice. Sem prejuízo do acima exposto, poderia fazer-se de novo, poderíamos realizar uma reunião de Chefes de Representação e continuar a discussão, porque creio que vamos continuar discutindo o tema. Não temos que chegar agora a nenhuma conclusão, somente à referente à responsabilidade da Secretaria no documento.

Tem a palavra o Embaixador do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Obrigado. Considero que pelo menos devemos acordar o procedimento e o tempo para receber observações.

PRESIDENTE. Entendi que como ia ser discutido o âmbito também esse tema ia discutir-se.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva) Mas, de uma vez por todas devemos deixar estabelecido que o âmbito é o âmbito e devemos fixar o prazo para receber observações.

PRESIDENTE. Com relação a esse tema há uma proposta de que o documento seja enviado antes, que seja fixada uma data determinada de entrega, mas há outros comentários que dizem que não, que a forma em que seja feita a consulta pode ser essa, mas não será a que decidamos aqui, que a forma de consulta seja responsabilidade do Secretário-Geral. Essas são as duas versões que recolhi.

Pergunto à Mesa qual das duas deseja escolher ou determinamos que ele nos apresente em uma semana ou em dez dias o documento para fazer as observações ou consideramos que é responsabilidade do Secretário-Geral, onde lhe estamos sugerindo que antes da publicação recolha todas as sugestões dos países que considere mais prudentes. Essas são as duas alternativas.

Pelo que me comentam, seria a segunda, que é responsabilidade do Secretário-Geral, mas deve fazer consultas, da forma que ele considere mais responsável.

Então, na reunião que realizemos sobre este documento, sobre sua estrutura, há uma proposta que só mencionou o Uruguai. Creio que é importante, que são dois documentos que devemos ter em mente. Particularmente considero que deve ser um só porque há algumas avaliações de descumprimento ou de seguimento, que não necessariamente se realizam de forma anual. Desejo que levem em conta isto para a próxima reunião que realizemos sobre esta matéria.

9. Assuntos diversos

Concluimos este ponto e passamos a Assuntos diversos, nos quais tenho três temas; um é a introdução que manifestou a Secretaria-Geral sobre a apresentação da Representação da Argentina e do MERCOSUL sobre a NALADI/SH. A Colômbia solicitou participar na parte empresarial, e outra é um pedido da OPS, que está cumprindo seus 100 anos de criação.

Tem a palavra o Secretário-Geral sobre a NALADI/SH.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, antes de referir-me ao tema NALADI/SH vou referir-me ao tema da OPS. Na semana passada recebi a gentil visita do Senhor Representante da Organização Pan-Americana da Saúde, Organismo Observador junto à Associação, para consultar-me sobre a possibilidade de realizar uma exposição em uma futura reunião do Comitê de Representantes a respeito das ações da OPS no âmbito da comemoração do centenário da criação da Organização. Esse é especificamente o ponto sobre a OPS.

Queria também informar que na próxima semana assinaremos um acordo de cooperação com o Centro Latino-Americano de Economia Humana, a fim de aprofundar, basicamente, ações no campo acadêmico. Está sendo consultada a data. Creio que o acordo correspondente será assinado em 18 de abril próximo.

Entrando ao tema de nomenclatura, na última sessão do Comitê do ano passado foi adotada uma resolução sobre a nomenclatura comum da Associação NALADI/SH, na qual foi incorporada a Terceira Emenda ao Sistema Harmonizado. Nessa oportunidade resgatou-se um documento de trabalho apresentado oportunamente pela Secretaria com o número 442, no qual se apresentava uma ampla discussão sobre a viabilidade ou não de manter a nomenclatura pelas dificuldades que estávamos enfrentando.

Nesse documento fazíamos um diagnóstico completo sobre o uso da nomenclatura, suas limitações, suas restrições, e por ocasião da aprovação, em dezembro passado, da resolução atualizando a NALADI/SH, acordou-se que o Comitê trataria o tema apresentado no documento de trabalho 442, no sentido de se se mantém ou não uma nomenclatura para a Associação.

Isto é importante porque na última reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, a própria Comissão solicitou instruções sobre essas matérias e essas instruções apontam a que se a decisão é efetivamente manter a nomenclatura comum da Associação, deveria iniciar-se imediatamente um trabalho de atualização dessa nomenclatura, para adequá-la à realidade produtiva e comercial da região, para que esteja o mais atualizada possível.

O extremo seria, simplesmente, adotar a nomenclatura até os seis dígitos que marca o sistema harmonizado. Preocupa à Secretaria-Geral, principalmente no momento em que começará um trabalho de atualização dos acordos, de adequação dos acordos assinados pelos países-membros, para o qual já houve pedidos, inclusive para fazer correlações tarifárias, que em algum momento o Comitê adote uma definição sobre o futuro da nomenclatura.

Desejo ser claro. Não se trata de discutir no Comitê de Representantes se a nomenclatura deve ter x ou y expressões em termos de posições, subposições da tarifa aduaneira. Tentamos chamar a atenção para a necessidade de ter um delineamento de trabalho preciso sobre qual deve ser o tratamento que devemos dar à nomenclatura que, reitero, vai do extremo da adoção exclusivamente dos seis primeiros dígitos do sistema harmonizado, como foi a posição de algum país-membro, até o outro extremo de, efetivamente, atualizar a nomenclatura e adequá-la às realidades produtivas, tecnológicas e comerciais de nossa região. Isso, Senhor Presidente, é o que queríamos fazer e estamos dispostos a adotar essa definição, que em uma próxima sessão do Comitê se comece a discutir este tema ou alternativamente em Chefes de Representação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Obrigado, Senhor Presidente.

Este é um tema muito importante pela forma em que foi apresentado pelos países e analisado pelos técnicos em diferentes foros. A Representação do Uruguai considerou e considera que a nomenclatura da Associação deve manter-se. Inclusive manifestou-se, em alguma oportunidade, que deveria ser a base das nomenclaturas sub-regionais para ter um padrão uniforme, além do sexto dígito do sistema harmonizado, mas isso evidentemente não pode obter-se porque os avanços sub-regionais foram mais dinâmicos que a revisão da nomenclatura para adequá-la nesses termos.

O manifestado pelos países sócios do MERCOSUL e, em especial, a nota apresentada pela distinta Delegação do Brasil demonstram, de alguma maneira, a subsistência deste tipo de nomenclatura com os trabalhos que deverão realizar-se muito rapidamente a fim de colocar essa nomenclatura em sintonia com a dinâmica, não somente das correntes de comércio, mas das tecnologias que estão sendo aplicadas no mundo.

Lamentavelmente a NALADI/SH ficou atrasada porque nós fomos culpáveis de não dar-lhe o dinamismo que requeria. Hoje temos uma terceira emenda do sistema, e vamos demorar sete anos mais em outra emenda. Creio que seria o momento oportuno de poder contar com um elemento muito mais técnico do que está agora e tratar de evitar, na medida do possível, os custos adicionais que tem a Secretaria para correlacionar os acordos assinados em nomenclaturas antigas e também assumir a responsabilidade e devemos reconhecer que alguns somos culpáveis de não ter respondido à atualização de muitos acordos celebrados em nomenclaturas caducas e já perimidas.

Portanto, Senhor Presidente, compartilhamos, como não podia ser de outra maneira, do manifestado no MERCOSUL e da análise muito crítica e técnica feita pela distinta Delegação do Brasil. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Uruguai. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Este tema, apresentado pelo Secretário, é para nós muito importante.

Desejaria manifestar somente que este tema deve ser claramente um dos temas a considerar no estudo que nos encomenda a Resolução 55 (XII) sobre o espaço de livre comércio dentro da Associação. Isto é, com base no espaço de livre comércio, será, junto com outros, um tema fundamental.

PRESIDENTE. Creio que o que está propondo a Secretaria sobre este tema é um debate para ter as diretrizes para poder continuar os trabalhos. Então, ficaríamos comprometidos para uma próxima reunião do Comitê ou, se desejam, de Chefes de Representação para que este tema seja incluído com a devida antecipação para sua discussão e para fixar as diretrizes para que a Secretaria possa trabalhar.

Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Presidente. Peço desculpas por solicitar novamente a palavra.

Estou de acordo em que o Comitê ou os Chefes de Representação tratem este tema, mas é um assunto muito técnico. Não sei se será necessário reunir um grupo de trabalho ou convocar, de forma imediata, a Comissão de Nomenclatura para tomar uma decisão, que tem também arestas políticas. Portanto, não quis fazer uma proposta que pudesse abranger essas instâncias, mas desejaria que meditassem a esse respeito, porque seriam caminhos que poderíamos percorrer. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente.

Pela primeira vez me animo a dissentir com meu amigo Roberto Muínelo neste tema, que é bem difícil. Creio que a decisão que deve tomar o Comitê é política, é definir se continuamos ou não com a nomenclatura. Creio que todas as discussões técnicas já foram realizadas. Deveremos aprová-las ou não nas próximas sessões, para que a Secretaria realize o seguimento.

Coincido também como Embaixador do Chile no sentido de que isto deveria fazer parte do estudo. Acontece que é urgente e estará incluído no trabalho geral, mas temos que decidi-lo já porque estamos muito atrasados. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González). Muitos compartilhamos da posição de que a NALADI/SH deve ser a pauta para todos os esquemas sub-regionais. O problema está em que os esquemas sub-regionais são mais dinâmicos que a ALADI.

Há uma dificuldade que tem a ver com o que dizia o Embaixador do Chile, no sentido de que devemos tomar uma decisão. Creio que quase todos, com algumas exceções já conhecidas, estamos convencidos de que a NALADI/SH é o caminho. Devemos dar ênfase especial a essa atividade para que a liderança solicitada possa ser exercida na realidade. Esse é o único elemento que devemos ter claro para marcar a direção política.

PRESIDENTE. Entendo as reuniões técnicas, esta é uma questão política: continuamos por este mecanismo da NALADI/SH e seus dígitos e devemos dar os delineamentos para que possam avançar nos trabalhos, tanto o grupo técnico como a própria Secretaria.

De maneira que considero que o processo é correto. Organizaremos uma próxima reunião para tratar este tema no Comitê de Representantes ou em Chefes de Representação.

Com relação à OPS, está cumprindo cem anos de sua criação. Sua experiência é interessante e deveríamos fazer uma apresentação. Valeria a pena organizar uma conferência sobre os cem anos e sua experiência. Seu Representante, o Senhor José Fuisa Lima, está aqui presente. Se estão de acordo, solicitaríamos à Secretaria a coordenação da reunião.

Temos outro tema para tratar. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Obrigado. Refere-se à ata e à reunião anterior, na qual são designados os coordenadores para os diferentes grupos de trabalho. Estamos especialmente preocupados pelo futuro do Grupo Empresarial. Na reunião anterior, que está refletida na ata, observa-se a preocupação de várias Representações sobre o tema. Portanto, consideramos oportuno sugerir à Presidência que seja tratado em uma próxima sessão e também os outros grupos. Falo do grupo cultural para a designação de seus coordenadores.

Basicamente, não deve ficar indefinido, sem prazo, porque já fizemos algumas reflexões, das quais já ouvi comentários de algumas Representações. Somente é um motivo de reflexão e seria conveniente voltar a tratar o tema.

PRESIDENTE. A Presidência considera que o problema da participação empresarial é que não foi fixado um programa de trabalho.

Quando fiz o relatório da reunião anterior, o problema de designar o setor empresarial era que não havia um programa específico. Se nesse momento se determinava o programa específico, seria designado o coordenador do Grupo de Trabalho Empresarial. Entendi que esse era o procedimento.

Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. No Capítulo VI do Programa de Atividades aprovado há duas diretrizes para o Grupo Empresarial. Se há um coordenador para o Grupo Empresarial, deveria ser elaborado um conjunto de iniciativas para submetê-las à consideração do Comitê. Uma vez discutidas no grupo, este as aprova e são incorporadas ao Programa de Atividades.

Como não havia um coordenador para este Grupo Empresarial, decidiu-se que o Grupo de Atividades fizesse uma proposta e a submetesse em 15 ou 20 dias à consideração do Comitê. Mas, a atividade normal dos grupos de trabalho é gerar suas próprias iniciativas. O problema é que falta o coordenador, não o tema. Não devemos esperar ter temas para designar o coordenador, porque justamente o trabalho do coordenador é elaborar os temas.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente.

No mesmo sentido que a Argentina. Somente me permitiria acrescentar que também a Resolução 55 (XII) do Conselho de Ministros claramente explicitou duas prioridades na área de temas que competem especificamente ao grupo de trabalho sobre empresas. Uma sobre a questão do melhor aproveitamento por parte do setor empresarial das preferências negociadas e, depois, as diretrizes no sentido de incentivar a realização de reuniões de responsáveis pelos organismos oficiais para o intercâmbio de experiências nas áreas de promoção de exportações e de investimentos.

Então, creio que estes dois temas também estariam dentro das questões que competiriam normalmente ao Grupo de Trabalho Empresarial.

PRESIDENTE. Justamente lembro que o que se tinha aprovado é que as atividades fossem desenvolvidas no Grupo de Atividades, e creio que está sendo feito. Então, buscaríamos um coordenador para realizá-las; uma vez aprovado esse programa de trabalho, porque se não há um programa de trabalho não tem sentido o grupo de trabalho. Existe um enunciado, não um programa de trabalho, e por isso foi solicitado ao Grupo de Atividades. Não tenho nenhum inconveniente em adotar o procedimento que desejam, mas estou tratando de lembrar o que falamos na reunião anterior, mas necessitamos um programa de trabalho.

Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Presidente, creio que a interpretação é exata, como manifestaram os Representantes do Brasil e da Argentina. Nós queremos que o tema volte pronto e não necessariamente devemos esperar que seja criado um programa de trabalho para este grupo, porque somos conscientes do mandato da Resolução 55 (XII) e talvez encontremos alguém que deseje ser responsável de coordenar este grupo.

PRESIDENTE. Está claro. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Creio que já foi dito com muita clareza, Senhor Presidente, que necessitamos um programa de trabalho, mas precisamente o desenho, o âmbito de referência seria dado pelo próprio grupo de trabalho. Devemos designar o coordenador para que faça seu trabalho, porque, Senhor Presidente, há um mandato.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Totalmente de acordo com isso. Há um mandato, há um âmbito, há vontade. Portanto, devemos designar um coordenador para que comece a trabalhar.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Creio que poderíamos designar já o coordenador deste grupo de trabalho. Há perfis em nossos colegas que têm suficiente preparação, conhecimentos e apoio de suas capitais para dirigir um grupo de trabalho destas características. Se os senhores me permitem, aqui há um grupo cuja aceitação deve ser ratificada, que é o Grupo de Trabalho de Bens Culturais. Proporia o distinto Embaixador do México como coordenador do Grupo de Trabalho de Assuntos Empresariais, porque consideramos que tem as mais altas qualidades pessoais e o apoio de seu Governo para presidir este grupo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Presidente, a Colômbia apóia plenamente a proposta do Uruguai e veria com muito beneplácito a coordenação do México para este importante grupo.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Do mesmo modo, Presidente, apoiamos entusiastamente e oferecemos toda nossa colaboração ao Senhor Embaixador do México para presidir este grupo, tal como foi proposto. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Desejo acompanhar a proposta do Uruguai no sentido de que o Embaixador do México coordene o Grupo Empresarial. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente. Também para apoiar a proposta do Uruguai.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para apoiar calorosamente a proposta do Uruguai.

PRESIDENTE. Muito bem, tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Para felicitar-me de tão calorosa aclamação dos Senhores Representantes neste Comitê. Desejo começar a trabalhar. Antecipo que não importa a decisão que seja adotada a esse respeito. Minha Representação estaria interessada nesta designação. Na verdade, considero que há muitas tarefas para realizar.

Todos os caminhos conduzem à motivação, à dinâmica e aos trabalhos dos empresários. Há muitos caminhos e creio que deveríamos explorá-los, fortalecê-los e impulsioná-los. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Felicitamos nosso novo Coordenador do Grupo de Trabalho Empresarial.

Tem a palavra o Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Devido a que ficou pendente a designação do Coordenador de Bens Culturais, e a que temos a designação que estava sujeita à ratificação do Senhor Embaixador do México, deveríamos designar outra Representação para coordenar o Grupo de Trabalho de Bens Culturais. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Paraguai, José María Casal.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Desejaria propor um novel Embaixador, mas com muita experiência. Desejaríamos propor o Embaixador do Peru para coordenar este grupo de trabalho, com as desculpas do caso, porque não foi consultado.

PRESIDENTE. Apóiam esta proposta a Colômbia, Bolívia, Chile, Argentina, Brasil; falta o apoio do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Senhor Presidente, a disjuntiva não é muito grande, Portanto, estou muito agradecido por esta designação.

PRESIDENTE. Designamos, então, como novo Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Bens Culturais o Representante do Peru.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.
